



VILA DE REI
município
CADERNO DE ENCARGOS

P

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente Caderno de Encargos tem por objecto principal a **Prestação de Serviços de Controlo Analítico da Água para Consumo Humano da Rede Pública do concelho de Vila de Rei e da Fonte da Milriça, Afluentes e Efluentes das ETAR's, Piscina Municipal Coberta e Piscina Descoberta de Vila de Rei – 2016.**

Cláusula 2.ª

Documentos

1. O contrato a estabelecer no seguimento do presente procedimento concursal, não carece de ser reduzido a escrito, nos termos do Artigo 95º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, integrando os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem constante no ponto anterior.

Cláusula 3.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor por 1 ano, conforme quantidades apresentadas em anexo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



Cláusula 4.ª

Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor a obrigação de realização do serviço identificado na sua proposta, com as respectivas características, especificações e requisitos previstos.
2. O fornecedor deve ter pessoal especializado para a realização das análises propostas.
3. A empresa adjudicatária deverá ser acreditada e apresentar documento comprovativo de tal.
4. Cumprir com os prazos de tempos definidos para cada análise comunicando imediatamente os seus resultados.

Cláusula 5.ª

Prestação de serviços objecto do contrato

A prestação de serviços objecto do contrato deve ser realizada de acordo com os parâmetros e números de análises/ano apresentados em anexo.

Cláusula 6.ª

Objecto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila de Rei, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de



VILA DE REI município

processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª

Prazo do dever de sigilo

O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila de Rei deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O valor base (máximo) para efeito do ajuste directo é de € 3.701,25 (três mil setecentos e um euros e vinte e cinco cêntimos), não incluindo IVA.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O critério de Adjudicação: Mais baixo preço.

Cláusula 9.ª

Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Vila de Rei, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo máximo de 60 dias após a recepção pelo Município de

Vila de Rei da respectiva factura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva.

2. Em caso de discordância por parte do Município de Vila de Rei, quanto ao valor indicado na factura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
3. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a factura será paga através de cheque, emitido à ordem do fornecedor e enviado para a morada constante na factura.

Cláusula 10.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila de Rei pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes à prestação de serviços, 1% do valor total da prestação de serviços;
 - b) Pelo cumprimento defeituoso, o valor correspondente ao valor dos serviços a que respeita, acrescido dos eventuais prejuízos;
 - c) Pelo incumprimento do prestador de serviços, pode o Município de Vila de Rei resolver o contrato, e exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor total da prestação de serviços a cujo incumprimento respeita exigir.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Vila de Rei, pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor total do contrato.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objecto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respectiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila de Rei tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual

reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Vila de Rei pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila de Rei exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte do Município de Vila de Rei

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Vila de Rei pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens/prestação de serviços objecto do contrato superior a um mês ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
 - b) Incumprimento das obrigações contratuais.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Vila de Rei.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 24.ª.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vila de Rei, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18.ª

Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no C.C.P. (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), e restante legislação aplicável.

Anexo

Controlo de Qualidade da ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO da Rede pública do concelho de Vila de Rei e da FONTE DA MILRIÇA

De acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de Agosto

Parâmetros	Número de análises/ano
CONTROLO DE ROTINA 1	
Escherichia coli (E. Coli)	12 Rede pública 6 Fonte da Milriça
Bactérias coliformes	
Desinfectante residual	
CONTROLO DE ROTINA 2	
Alumínio	10 Rede pública 2 Fonte da Milriça
Amónio	
Número de colónias a 22.º C	
Número de colónias a 37.º C	
Condutividade	
Clostridium perfringens	
Cor	
pH	
Manganês	
Nitratos	
Oxidabilidade	
Cheiro	
Sabor	
Turvação	
CONTROLO DE INSPECÇÃO	
Ferro	2 Rede pública 1 Fonte da Milriça
Nitritos	
Antimónio	
Arsénio	
Benzeno	
Benzo(a)pireno	
Boro	
Bromatos	
Cádmio	
Cálcio	
Chumbo	
Cianetos	
Cobre	

V.S.F.F. →



VILA DE REI
município

Crómio	2 Rede pública 1 Fonte da Milriça
1,2-dicloroetano	
Dureza total	
Enterococos	
Fluoretos	
Magnésio	
Mercúrio	
Níquel	
Hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAP) Benzo(b)fluoranteno Benzo(k)fluoranteno Benzo(g,h,i)perileno Indeno(1,2,3)pireno	
Pesticidas individuais	
Pesticidas (total)	
Selénio	
Cloretos	
Tetracloroetano e tricloroetano	
Tri-halometanos Clorofórmio Bromofórmio Bromodichlorometano Dibromochlorometano	
Sódio	
Sulfatos	
Bentazona	Só nas águas de abastecimento público
Tebuconazol	Só nas águas de abastecimento público



VILA DE REI

município

Controlo Analítico dos Afluentes e Efluentes das ETARs do Penedo, Carrascal, Fundada, Fouto, Milreu, S. João do Peso Norte e S. João do Peso Sul

De acordo com o Decreto-Lei n.º 152/97 de 19 de Junho

<i>Parâmetros</i>	<i>Número de análises/ano para cada uma das 8 ETARs</i>
pH	- 4 entrada (trimestral) para cada uma das seguintes ETARs: Fundada, Fouto, Milreu, S. João do Peso Norte e S. João do Peso Sul - 12 entrada (mensal) para cada uma das seguintes ETARs: Penedo, Carrascal - 4 saída (trimestral) para cada uma das seguintes ETARs: Penedo, Fundada, Fouto, Milreu e S. João do Peso Norte - 12 saída (mensal) para cada uma das seguintes ETARs: Penedo, Carrascal (Nota: As atuais Licenças de Utilização dos Recursos Hídricos relativas às ETARs do Carrascal e S. João do Peso Sul só exigem controlo analítico à saída)
CBO ₅	
CQO	
SST	

Amostras compostas de 24 horas, proporcionais ao caudal ou por escalões de tempo, num ponto bem definido à entrada e à saída de cada ETAR

<i>Parâmetros</i>	<i>Número de análises/ano para cada uma das 8 ETARs</i>
N	2 saída (semestral) para a ETAR do Carrascal
P	

Amostras compostas de 24 horas, proporcionais ao caudal ou por escalões de tempo, num ponto bem definido à entrada e à saída de cada ETAR

Controlo Analítico da ÁGUA das PISCINAS MUNICIPAL COBERTA E DESCOBERTA DE VILA DE REI

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 5/97 de 31 de Março

Parâmetros	Número de análises/ano
Análises físico-químicas	
Temperatura	22 Piscina Coberta (2 vezes/mês (com um mínimo de 10 dias de intervalo), excepto no mês de Agosto em que a piscina se encontra encerrada) + 6 Piscina Descoberta (2 vezes/mês entre 15 de Junho e 15 de Setembro)
Turvação	
PH	
Cloro residual livre	
Cloro residual total	
Condutividade	
Oxidabilidade	
Amoníaco	
Análises bacteriológicas	
Coliformes totais	22 Piscina Coberta (2 vezes/mês (com um mínimo de 10 dias de intervalo), excepto no mês de Agosto em que a piscina se encontra encerrada) + 6 Piscina Descoberta (2 vezes/mês entre 15 de Junho e 15 de Setembro)
Escherichia coli	
Enterococos fecais	
Pseudomonas aeruginosa	
Estafilococos totais	
Estafilococos produtores de coagulase	
Microrganismos viáveis em meio nutritivo gelosado, em aerobiose, a 37 °C	

